

COMISSÃO ESPECIAL DE ANISTIA - CEANISTI

REQUERIMENTO Nº /2009.
(Do Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá.)

Requer que seja convidado o Cel. **Henrique Almeida Cardoso**, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação da Lei de Anistia nº 10.559/02.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artlgos 24, incisos III e VII combinado com os artigos 255 e 256, caput, do Regimento Interno que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em **reunião de audiência pública, Coordenador de Legislação da Divisão de Organização e Legislação da Divisão de Organização e Legislação da Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa, Cel. Henrique Almeida Cardoso**, a fim de prestar esclarecimentos sobre a aplicação da Lei de Anistia nº 10.559/02, bem como expor sobre os pareceres que são adotados na aplicação da Lei.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 8º do Ato da Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal foi regulamentado pela edição da Lei de Anistia nº 10.559/02 que normatiza as reparações econômicas a todos aqueles que, comprovadamente, tiverem sido atingidos por atos de exceção ou de motivação exclusivamente política, conforme estatui o artigo 2º da citada Lei.

Ocorre que, na prática, os anistiandos vêm encontrando dificuldades quanto ao cumprimento do referido instrumento normativo pelo Estado Brasileiro, por esta razão é necessário, novamente, a participação do representante daquele Ministério, haja vista que nas audiências nas quais participou faltam esclarecimentos sobre diversos questionamentos.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 2009.

ARNALDO FARIA DE SÁ
Deputado Federal – São Paulo